

Ata nº 1.545 da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Novo Jardim - TO, realizada às dezenove horas do dia 07 do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro. Após conferência do Quórum Regimental e havendo número legal, sob a proteção de Deus, e a presença dos Senhores Vereadores: Conrado Dias de Souza, Genivaldo Pinto Carvalho, Geoge Batista Santana, José Luís Cardoso Lustosa e ausência justificada do Vereador (a) Marcos Antônio Marques dos Santos e Maria Bonfim Nunes dos Santos. O Presidente Edson Siqueira declarou aberta a presente Sessão. **Pequeno Expediente:** Fez-se leitura do texto bíblico, leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi submetida à votação e aprovada por unanimidade dos presentes. Não havendo **Comunicações das Lideranças**. Passou-se para o **Grande Expediente:** não houve matéria constante na ordem do dia. **Considerações Finais:** O Vereador inscrito Conrado, não fez o uso da palavra. O Vereador Genivaldo Cumprimenta o Presidente os Colegas Vereadores, as Servidoras da Casa, o Plenário e aos que assistem via live. O Vereador Genivaldo dirigiu a palavra ao Presidente para reiterar a falta de resposta sobre a situação da van da Saúde. Mencionou que já houve várias conversas com o Secretário de Saúde sobre o assunto e que, na última reunião em que participou o Presidente também estava presente. O Vereador expressou sua preocupação, afirmando que a van não está disponível para a população há aproximadamente dois anos e teme que ela possa não existir mais. Solicitou ao Presidente que tome providências para localizar a van. Além disso, o Vereador Genivaldo comentou sobre o Centro Cultural, que está em reforma há cerca de dois anos e ainda não está disponível para uso da população. Destacou os gastos com aluguéis que o Município poderia evitar utilizando o espaço amplo do Centro Cultural. O Vereador também mencionou um leilão recente, questionando a destinação do dinheiro arrecadado e solicitando explicações do Executivo sobre como esse valor será utilizado. Ao final de sua fala, o Vereador agradeceu a todos os presentes. O Presidente Edson, solicitou que o Vice-Presidente José Luís componha a mesa Diretora, permitindo assim que ele possa fazer o uso da Tribuna. O Presidente Edson cumprimentou a todos e agradeceu a presença de sua esposa, Eliane, e da Senhora Tainara e de todas as servidoras da Casa. Em seguida, ressaltou a questão da van, mencionando que estiveram no local há poucos dias, mas não obtiveram respostas satisfatórias. Direccionou sua fala às cobranças que lhe foram feitas, enfatizando que o erro não é atribuído apenas à Presidência. Segundo o Presidente, a denúncia deveria ter sido iniciada muito antes e não nas vésperas das Eleições. Questionou como a Justiça irá perceber esta Casa de Vereadores diante dos processos em andamento. O Presidente Edson expressou sua opinião de que, se todos os Vereadores tivessem se decidido com antecedência, o processo já poderia ter avançado. Agradeceu ao Vereador Genivaldo pelo seu voto para Presidente, mas esclareceu que, quanto à alegação de interferência no documento da denúncia, sempre esteve ativamente buscando informações e fazendo cobranças ao Jurídico desde o início do processo. O Presidente afirmou que, se houve algum erro, a responsabilidade é coletiva, pois todos estavam acompanhando o processo. Mencionou que se o Vereador Conrado tivesse se empenhado durante sua Presidência, a situação poderia ser diferente. Criticou a atitude de aguardar até cinco ou seis meses antes das eleições para buscar soluções, ressaltando que isso poderia ser interpretado pela Justiça como uma manobra devido à proximidade do Pleito. Apesar das dificuldades enfrentadas por conta do erro relacionado ao apossamento, acredita que isso não deveria ter interrompido o processo. No entanto, reconheceu que essa foi a decisão do Juiz. Informou que recebeu hoje um arquivo em PDF referente ao

processo, comprovando o andamento na Segunda Instância em Palmas e que está aguardando retorno sobre a situação. O Vereador Genivaldo solicita a fala em nome do Partido. Faz questionamento ao Presidente sobre a situação do Prefeito, afirmando que ele cometeu crimes. Em resposta, o Presidente Edson corroborou a afirmação, destacando que o Prefeito cometeu vários crimes. O Vereador Genivaldo reforçou que a intenção da discussão não é a perseguição Política, mas sim um debate voltado para os interesses da população. Enfatizou que o Prefeito já havia cometido crimes e que é dever dos Vereadores unir forças em prol do bem-estar da Comunidade. Expressou sua indignação que a Casa ainda não recebeu a Lei Orçamentária necessária para destinar as Emendas Impositivas. O Vereador Genivaldo destacou que não está motivado por questões políticas ou por reeleição. Para ele, o mais importante é o compromisso e o companheirismo na defesa da população, para que possam confiar na atuação dos Vereadores. O Vereador Genivaldo criticou a atuação do Jurídico, chamando-o de incompetente na montagem do processo e afirmando que essa responsabilidade não deve ser atribuída aos Vereadores, mas sim ao Jurídico, que é remunerado pela Casa e deve cumprir com suas obrigações legais. Encerra sua fala agradecendo a atenção de todos. O Presidente Edson retoma a fala do Vereador Genivaldo, destacando que todos estavam juntos na sala durante os debates. Mencionou um episódio em que houve um consenso em levar um documento ao Prefeito, o que, segundo ele, foi um erro, especialmente por parte do Vereador denunciante. O Vereador Conrado solicitou a palavra em nome de seu Partido, expressando que não compreendeu completamente a situação apresentada. Destacou que, durante seu mandato, não foi iniciado nenhum processo contra o Executivo e enfatizou que cada um deve arcar com suas responsabilidades. Em relação ao processo atual, o Vereador afirmou que foi montado de forma inadequada e que isso havia sido relatado várias vezes nesta Casa, mas mesmo assim, o Jurídico prosseguiu com o erro no processo. Encerrou sua fala agradecendo a oportunidade. O Presidente Edson esclareceu que as denúncias existem desde a primeira Gestão e que possui uma caixa em casa com documentos relativos a essas questões. Mencionou que o Advogado daquela época não trouxe nenhuma informação relevante. O Presidente relatou ter passado quase dois dias procurando documentos enviados pela Prefeitura, junto à Colega Regiane, para encaminhar ao Dr. Bira, mas não obteve resposta. Destacou que o Gestor reuniu documentos da Gestão do Sr. Arlindo e os encaminhou a esta Casa, embora, esses documentos não tivessem relação com o caso em questão. O Presidente afirmou que o Dr. Bira havia prometido entrar com a denúncia, mas até hoje isso não ocorreu. Após essas denúncias iniciais, outras surgiram, e segundo ele, não é por falta de iniciativa da Casa em se dirigir ao Ministério Público; na sua visão, as denúncias estão travadas no Ministério Público de Dianópolis. Por fim, questionou por que estão atribuindo essa responsabilidade à Câmara neste momento. Não havendo nada mais a tratar o Presidente agradece a presença de todos e em nome de Deus encerra a presente Sessão, convocando a todos para a próxima, no dia 08 de agosto de 2024, às 19 horas.

Sala de Sessões, aos 07 dias do mês de agosto de 2024.



Geoge Batista Santana

1º Secretário



Edson Siqueira Cosmo

Presidente



Genivaldo Pinto Carvalho

2º Secretário